

ORDEM DOS ADVOGADOS

Discurso de tomada de posse

Triénio 2025-2027

João Massano

Bastonário da Ordem dos Advogados

Transcrição da intervenção

Texto preparado a partir das legendas fornecidas, com organização em parágrafos e revisão ligeira de pontuação e de gralhas evidentes. Sem cotejo com a gravação original.

Ilustres convidados e individualidades, vou-me dispensar de enumerar novamente todos os que se encontram aqui presentes. Vou apenas agradecer a vossa presença, estoicamente alguns, porque de facto as condições não são as melhores para estarmos aqui tantas horas e em pé alguns. De facto, é muito quente até para quem está deste lado. Mas há uma coisa que eu queria salientar, que é as pessoas que estão aqui hoje. Temos a representação da sociedade portuguesa, temos o poder político, temos as forças de segurança, temos a magistratura, temos muita gente, temos essencialmente pessoas que querem comemorar este momento e Advogados que querem estar presentes hoje.

E eu convido-vos a estar presentes mais vezes, porque esta é a vossa casa. Diz-se que os Advogados estão afastados da Ordem, diz-se que a Ordem perde o seu crédito, mas esta sala cheia e as outras que também estão cheias demonstram que a Advocacia está viva e que é respeitada. E por isso agradecemos a todos os que aqui estão, incluindo aqueles que nos honraram, não sendo Advogados, virem aqui hoje à nossa tomada de posse. Muito obrigado a todos.

Quero agradecer a confiança porque ter sido escolhido para Bastonário de todos os Advogados é uma honra para mim e para a equipa que me acompanhou nesta eleição. É isso que eu serei, o Bastonário de todos os Advogados. Neste cargo e neste mandato, espero não só corresponder às vossas expectativas, mas sobretudo honrar e prestigiar esta Ordem que tem um papel essencial na Justiça portuguesa.

Para isso, há que ter uma missão, um propósito, bem como metas e prioridades. A união é fundamental. Unir a Advocacia é mais do que um objetivo, é uma missão inadiável deste Conselho Geral. Esta para nós é a missão mais importante do mandato que agora começa. Não é demais repeti-lo. Quem é eleito para um cargo dirigente como nós fomos, seja na política, no governo ou noutras instituições, deve ter presente que representa como um todo quem o elegeu. Para mim não será uma obrigação institucional. Unir e trabalhar para toda a classe sempre foi o meu objetivo e o meu compromisso.

E foi o que fiz nos cargos anteriores desde que iniciei o meu percurso na Ordem dos Advogados. Unir e trabalhar para toda a classe não será um encargo a cumprir, porque vejo esta missão como oportunidade de pôr em prática a mudança que a Ordem dos Advogados precisa, uma mudança baseada em medidas concretas e com foco no presente e no futuro da Advocacia moderna. Uma liderança que ouve, responde e trabalha com todos os seus órgãos internos e com todos e cada um dos Advogados, sem exceção. Uma liderança transparente e presente que trabalha a partir de Lisboa, mas para dar respostas e soluções para todos os colegas que trabalham todos os dias em todos os pontos do país.

Uma Ordem, uma liderança e uma equipa que dialoga e negocia, que contribui para o melhor sistema de Justiça em cooperação com os outros agentes, numa lógica de diálogo construtivo com todas as instituições. Só assim, seremos uma Ordem que é um ator forte e presente na construção do sistema de Justiça, que é um parceiro ativo e

construtivo que batalha para dentro das adversidades e posições conflitantes encontrar a melhor solução para os problemas, mesmo que muitas vezes a melhor solução seja a solução possível, o consenso mínimo que permite que as instituições continuem a funcionar e a prestar os serviços que devem aos cidadãos.

Unir os Advogados e reconstruir pontes entre as ordens e os outros agentes do setor e da sociedade é a missão principal. Para que serve essa união? Para alcançar as metas a que nos propomos. Estamos aqui para liderar a transformação, não para assistir à mudança.

Queremos contribuir para ser parte da solução para a melhoria da Justiça, ou talvez seja, melhor dizer das justiças. É que afinal dizer que se vai fazer uma grande reforma da Justiça tem redundado em nada reformar. Talvez o segredo seja iniciar reformas sectoriais, começando talvez por aquela que mais impacto tem na vida das pessoas, mas que é tratada como um direito de segunda, a área da família e das crianças. Um impacto que é nada que se compara com o dos megaprocessos, os célebres megaprocessos, como se fossem a exclusividade dos casos da Advocacia pelo seu mediatismo, mas que não têm, infelizmente, visibilidade, a não ser quando estão em causa estatísticas e casos graves.

Só nos lembramos da violência doméstica quando alguém morre, quando as circunstâncias são tão graves que é impossível ninguém ver. E só aí olhamos para este setor, como bem foi dito na abertura do ano judicial pela senhora ministra da Justiça. Há muito a fazer neste capítulo e não queremos que essa mudança seja feita nas costas dos Advogados, sem que sejam tidas em conta a sua experiência no terreno e anos de dedicação à defesa dos direitos, liberdades e garantias prevista na Constituição. Temos ideias, propostas e soluções que devem fazer parte de um quadro da melhoria da Justiça em Portugal e queremos e devemos ser ouvidos sobre ela.

Por isso, pretendo criar, juntamente com o meu Conselho Geral, com o governo e o parlamento, um canal que permita uma auscultação regular numa lógica construtiva e participativa sobre as mudanças a realizar na área da Justiça. Quero chegar ao final deste mandato, com a Ordem, como um participante ativo junto às instituições, uma voz que ninguém querera deixar de ouvir em relação aos temas da Justiça. A Ordem dos Advogados será a voz que ninguém poderá ignorar na construção da Justiça.

Queremos dignificar e defender a profissão, pelo que esse canal de comunicação com o governo e o parlamento também servirá para estabelecer patamares de entendimento sobre problemas pendentes da Advocacia. A ideia é evitar que no futuro sejam feitas mudanças profundas e complexas em relação às condições da nossa profissão, sem que seja possível ouvir a nossa voz e enquadrar os nossos prós e os nossos contras.

Por exemplo, estou a falar da lei das associações públicas e dos estragos que fez com alteração ao estatuto da Ordem dos Advogados e à lei dos atos próprios, cujo alcance nem é sequer ainda bem conhecido. Para negociar a reversão ou adequação à realidade da profissão dessas alterações, é necessário trabalhar em cooperação com o poder

político, sensibilizando o governo e os grupos parlamentares para a necessidade dessas alterações. Isso é o que nós pretendemos fazer em colaboração com todos. Quero chegar ao final deste mandato com a concretização, pelo menos, dos ajustamentos mais relevantes, como o respeito pelos atos próprios dos Advogados.

Queremos também encontrar uma solução para a encruzilhada em que se mantém a proteção social dos Advogados, como temos vindo a defender, porque é preciso ir além do debate entre a manutenção da Caixa de Previdência e a hipotética migração para o regime geral da segurança social. Enquanto o poder político estuda o desfecho dessa possível opção entre os dois sistemas e cujo prazo de decisão e de implementação não é possível antecipar neste momento, não devemos estar parados. É essencial trabalhar para encontrar e pôr a funcionar uma terceira via que pode passar por um sistema híbrido concebido para transcender as limitações inerentes tanto à CPAS como à segurança social.

Não falamos de soluções utópicas ou impossíveis, mas temos que pensar em algo que seja concretizável, até porque a Ordem não tem poderes para obrigar o Estado a criar um regime de proteção social à la carte para os Advogados. Estou a falar de uma alternativa viável que ofereça uma proteção mais robusta e adaptada às necessidades atuais e específicas da classe. Quero chegar ao final do mandato com um sistema que promova a proteção na velhice, na perda de rendimentos, na maternidade e na doença para que não volte a haver colegas na situação que se viveu, nomeadamente durante a pandemia.

Queremos contribuir para a melhoria das condições dos colegas inscritos no sistema de apoio ao direito e aos tribunais, bem como cooperar na revitalização do sistema de acesso ao direito e aos tribunais, cumprindo as obrigações assumidas pela Ordem dos Advogados com o governo, porque não estamos apenas perante um sistema de apoio jurídico. É um pilar fundamental da democracia portuguesa.

Do ponto de vista dos Advogados, é preciso atualizar regularmente a tabela de honorários, refletindo a complexidade e a importância do trabalho realizado. Garantir condições adequadas de trabalho nos tribunais e instituições. Garantir que o pagamento dos honorários é mais regular e previsível. Resolver um problema de décadas, que é o facto de os Advogados serem efetivamente os únicos profissionais que literalmente pagam para trabalhar. São os milhões de euros das quotas dos Advogados que suportam os custos administrativos do acesso à Justiça dos mais carenciados, um direito fundamental como a saúde ou educação. E, ao contrário de médicos e professores, somos nós a pagar os custos administrativos deste serviço essencial.

É uma injustiça para a qual, com bom senso, poderemos encontrar soluções com o próximo governo. Do ponto de vista do funcionamento, por exemplo, é preciso melhorar e flexibilizar as escalas, implementando um sistema de registo automático da presença do Advogado nas plataformas. Estabelecer um fluxo automático de informações para agilizar os pagamentos. Uniformizar o novo procedimento nos tribunais em cooperação com o Ministério da Justiça e com os demais operadores a

nível nacional. E por fim, não menos importante, do ponto de vista do cidadão, urge colocar o cidadão no centro do apoio judiciário, melhorando o acesso dos mais carenciados e a qualidade do serviço que é prestado.

Para isso é preciso ampliar o acesso ao apoio judiciário, não limitando apenas aos quase indigentes, castigando uma classe média que tudo paga e que se vê impossibilitada de recorrer aos tribunais. É fundamental implementar uma rede de consulta jurídica prévia com a colaboração da Ordem dos Advogados que se dispõe a colaborar nessa matéria com o poder político e com o próximo governo, no sentido de contribuir para apoiar os cidadãos na escolha das ações a propor e auxiliá-los a escolher se efetivamente existe ou não viabilidade nas ações que pretendem propor. Porque o encargo que é imposto ao cidadão de saber qual a melhor ação jurídica a propor, parece-me que não deve ser imposto.

Temos que simplificar os procedimentos de solicitação de apoio judiciário e estabelecer pontos de atendimento e informação em áreas de maior vulnerabilidade social. A Ordem está disposta a colaborar com o governo nessa matéria. Temos que criar campanhas de literacia jurídica para consciencializar o cidadão sobre os seus direitos e o acesso à Justiça. E aqui conto com a inovação que sopra para os lados do Conselho Superior da Magistratura para que possamos em conjunto estabelecer programas para que esta literacia jurídica se espalhe pelo país e que as pessoas conheçam os seus direitos e como podem chegar à Justiça.

Temos que resolver o problema das custas judiciais, que são efetivamente um obstáculo ao acesso à Justiça, lutando pela sua diminuição, criando escalões de descontos progressivos e pugnando, porque isso afasta as pessoas da Justiça, pela implementação da taxa reduzida de IVA para os Advogados. É essencial. Ao final deste mandato, quero um apoio judiciário muito mais rápido, simples e inclusivo. Um sistema que não só funcione, mas que reconheça e remunere dignamente o esforço dos Advogados em defesa dos mais carenciados. E só assim faremos Justiça ao papel dos Advogados e à confiança que em nós é depositada. Não aceitaremos que haja Advogados de primeira e de segunda.

Iremos trabalhar para que todos tenham as mesmas oportunidades. A dignidade do Advogado é inegociável e será por nós defendida com determinação. A Justiça só é plena quando todos têm acesso a ela e é por isso que lutaremos.

Por fim, queremos colocar o Advogado no centro da atuação da Ordem dos Advogados com a digitalização dos serviços, trabalhando em prol de soluções de inteligência artificial para a Advocacia. E para isso temos, por exemplo, um projeto a que chamamos o programa Advogado 360. Trata-se de uma rede integrada para a Advocacia moderna, um projeto que reúne um conjunto de ferramentas essenciais para o exercício da Advocacia. É um programa dirigido a todos os Advogados, mas que visa principalmente aqueles que trabalham em prática individual, em pequenos escritórios e que numa lógica de criação de uma situação de igualdade de oportunidades para o exercício da profissão, a Ordem dos Advogados deve promover.

Pretendemos proporcionar um conjunto de ferramentas em áreas como a gestão, as infraestruturas e a tecnologia, o networking, a gestão de clientes e da comunicação, entre muitas outras ferramentas de trabalho. A tecnologia não é nem pode ser uma ameaça, mas deverá ser a alavanca que nos projeta para uma Advocacia mais justa, eficiente e humana, preocupada com o cidadão.

A formação não será esquecida, como não poderia deixar de ser, bem como o desenvolvimento de iniciativas para melhorar a relação com os serviços públicos a que os Advogados têm de aceder. No caso da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, AIMA, queremos concretizar uma proposta que já apresentamos, inclusivamente nos tempos que ainda são atuais da minha presidência do Conselho Regional de Lisboa ao anterior presidente da AIMA para a criação de uma plataforma digital de gestão do fluxo de trabalho com os Advogados, de forma a dignificar quer o seu trabalho, quer os migrantes que servem para acabarmos com a vergonha que se passa à porta da AIMA dos seus postos de atendimento, em que Advogados têm meia hora para ser atendidos ou têm o seu atendimento limitado a 10 senhas por dia, o que, permitam-me, não querendo parafrasear ninguém, mas porque é uma vergonha para o nosso país que isto aconteça e que não haja uma forma que seja para evitar essa situação e que os Advogados possam exercer o seu mandato com dignidade, protegendo assim os cidadãos.

Quero chegar ao final deste mandato com uma Ordem que apoia efetivamente os seus membros, usando todas as facilidades que a tecnologia nos proporciona e disponibilizando formação de excelência, porque só assim juntos construiremos uma Advocacia preparada para os desafios do século XXI, mais forte, moderna e plenamente alinhada com as exigências do nosso tempo. Chegou o tempo de uma Ordem aberta, transparente, próxima, inovadora e preparada para os desafios do futuro.

Estas são algumas das metas e prioridades que temos pela frente, mas não encerram tudo o que queremos fazer. Muitas das nossas propostas assentam nas ideias e pedidos que recolhemos e recolheremos no terreno junto de Advogados de todas as regiões e práticas.

Queremos concretizar o máximo que for possível e esse trabalho para nós começa hoje. A forma de o fazer também importa. Durante a nossa campanha dissemos e deixamos bem claros os nossos valores: proximidade, inclusão, representatividade. Estes valores não são apenas válidos para fora, são sobretudo para dentro. Em democracia, a participação cívica faz parte da vida e, independentemente das diferenças e visões diferentes, conto com todos para, como Bastonário, trabalhar em prol da classe, da Advocacia e da Justiça.

Isso significa que o que temos para fazer deve contar com a participação de todos, começando nos vários órgãos da Ordem dos Advogados, que por coincidência quase todos os presidentes de conselhos regionais coincidiram no tempo com o meu último mandato e cumprimento-vos por isso. É importante que a Ordem ouça os conselhos regionais, ouça as delegações e ouça todos os órgãos antes de tomar decisões e,

principalmente, procure ouvir o maior número possível de Advogados antes de tomar decisões. A Ordem tem que ter decisões transparentes e antes de tomar decisões que sejam importantes para o rumo de todos, deve procurar ouvir o maior número de Advogados para que essa seja efetivamente a vontade dos Advogados.

Juntos redefiniremos o futuro da Advocacia. Juntos poderemos efetivamente mais. Não falo de unanimismo, falo de cooperação, falo de encontrarmos uma base comum de trabalho sobre os principais desafios e depois avançarmos em direção ao bem comum da Advocacia. Falo de cada um nas suas competências usar a sua voz, porque ninguém quer abafar a voz de ninguém aqui, para defender a Ordem, os Advogados e a Justiça.

Já disse anteriormente, e queremos efetivamente implementar uma liderança aberta e próxima. A volta a Portugal que fizemos durante a campanha, que se traduziu em mais de 12.000 km em menos de 40 dias. Não foi uma ilusão para fechar na gaveta do Bastonário em Lisboa. Seremos um Conselho Geral itinerante. Serei um Bastonário itinerante que não quer perder a visão descentralizada do nosso país, da nossa profissão. Nunca mais haverá um Advogado. Essa é a nossa esperança, que diga que só ouviu o seu Bastonário na televisão, no jornal ou nas redes sociais. Não queremos que a Guarda ou por exemplo Vila Real digam que já não se lembram de quando lá estive o último Bastonário, como eu e o meu vice-presidente Carlos Peixoto ouvimos.

E só assim nós poderemos ser um Conselho Geral de estrada e não de salões. Estaremos onde os Advogados precisarem de nós. Só assim poderemos apresentar devidamente os desafios dos colegas, quer aos órgãos da Ordem, quer aos poderes instituídos com quem devemos trabalhar. Porque Portugal não é só Lisboa. Porque Portugal tem mais país para além de Lisboa.

E agora, como também não poderia deixar de ser, direi que serei um Bastonário de porta aberta. Nas empresas, como nas instituições, nada se faz sem a máquina. A partir de hoje estarei Bastonário, mas os colaboradores da Ordem, como aliás eu sei há quase 15 anos, dependemos todos dos colaboradores da Ordem, porque são eles que efetivamente põem a máquina a funcionar.

Citando o Papa Francisco, nós precisamos de todos, todos, todos para implementar a visão que temos da nossa Ordem. É por isso que uma das ações prioritárias será reunir com todos os departamentos e serviços para conhecer as pessoas que todos os dias vestem a camisola da Ordem dos Advogados e queremos perceber quem são, o que fazem, que meios têm, de que ferramentas precisam. Também queremos dialogar com os demais órgãos nacionais, regionais e perceber que sinergias poderemos criar.

Por isso, serei também e seremos também o Bastonário e o Conselho Geral da responsabilidade, da transparência e do rigor. Queremos uma gestão de contas certas e para isso temos que conhecer exatamente o ponto de que partimos. Dentro das possibilidades orçamentais e depois de termos a noção exata da situação em que nos encontramos, queremos trabalhar com todos no sentido da solidariedade financeira

com os conselhos regionais que dela precisem, não voltando a haver a mão estendida para o Conselho Geral dos Conselhos Regionais deficitários.

Pretendemos defender quer os conselhos regionais, quer as delegações da Ordem dos Advogados, porque é essa diversidade orgânica que permite à Ordem ter a força que tem e aquela que nós queremos que venha a ter. A Ordem estará aqui através do seu Conselho Geral para vos apoiar da melhor forma que for possível. Daremos prioridade aos recursos e serviços necessários para trazer a Ordem para o século XXI, apoiando todos em prol dos Advogados e da Advocacia. Como já é público, exercerei o cargo sem exclusividade e sem remuneração e recorrerei apenas aos benefícios essenciais para o levar a cabo.

A Advocacia não se limita ao passado que herdamos, é o futuro que juntos construiremos. Hoje renovamos o compromisso de defender a Justiça, a liberdade e a dignidade da nossa profissão. Seremos a voz dos que não têm voz e a força dos que procuram a Justiça. Porque os Advogados não têm medo, porque os Advogados não se vergam e são independentes. A Ordem é de todos. A Ordem é dos Advogados. Esta é a vossa casa. O futuro é nosso e juntos iremos liderar a Advocacia do século XX. Por último, queria terminar com uma nota de agradecimento, neste que é, a título pessoal e profissional, um dos dias mais felizes da minha vida, que coincidiu há cinco há mais de 5 anos com dias não tão felizes da minha vida.

Quero agradecer porque tenho que o fazer, em primeiro lugar aos meus pais que me deram as ferramentas e a educação que permitiram crescer cívica e profissionalmente e escolher a profissão que amo, que é ser Advogado.

Quero agradecer à minha família pelo apoio todos estes anos, pelo espaço para concretizar os meus sonhos e pelo tempo roubado ao convívio mútuo que a profissão tem levado. Numa das minhas tomadas de posse, contei uma história do meu filho.

Hoje vou contar uma história da minha filha, porque achei piada, porque a noção que os nossos filhos têm de nós é interessante e é importante ser compreendida. Quando eu andava a concorrer para ganhar as eleições, como sucedeu, foi-me perguntado porque é que com a idade que eu já tenho vetusta não ficava em casa ou não descansava mais e me dedicava a outras coisas. A resposta é óbvia, porque foi a mesma que eu dei ao meu filho na altura em que ele me fez a outra pergunta, como é que eu estava sempre a ser insultado e ainda concorria a eleições para voltar a ser insultado.

A resposta foi: Eu amo a Advocacia. Eu estou aqui para servir a Advocacia como sempre estive e como sempre estarei. Posso errar, mas creiam que tudo o que fazemos, tudo o que fiz, foi sempre em prol dos Advogados e assim podem ter a certeza que o continuarei a fazer.

Não, ainda não vou calçar as pantufas ao fim de semana porque acho que ainda tenho muito para dar, mas considerando a ilustre mesa que tenho aqui perante mim, tenho que agradecer ao tão ilustre grupo de antigos Advogados, ilustres bastonários que aqui

estão, Dr. António Marinho e Pinto, Dr. Rogério Alves, Dr. José Miguel Júdice e Dra. Fernanda de Almeida Pinheiro. Agradeço a vossa presença, principalmente de quem não era o atual Bastonário. Representa muito para mim e para o meu Conselho Geral que estejam aqui hoje, porque vocês são um exemplo para nós. Muito obrigado.

Espero estar à altura do vosso exemplo e fazer pelo menos tanto quanto fizeram e deixar a minha marca como vocês deixaram. Muito obrigado agora, porque temo esquecer-me, por isso vou ler tudo. Há muita gente que eu queria agradecer, não vai ser como nos Óscares, garanto-vos, mas quero agradecer a todos os colegas e colaboradores na academia, nos locais onde trabalhei e trabalho, que são as minhas âncoras e sem os quais não teria a liberdade e a tranquilidade para desenvolver tantos projetos como aqueles que desenvolvi e pretendo ainda desenvolver. Em particular às pessoas que me apoiam no meu escritório e em particular também tenho de destacar objetivamente porque tenho aqui algumas pessoas do meu conselho regional, do meu ainda Conselho Regional de Lisboa, a que dediquei quase 15 anos da minha vida.

Quero sublinhar o contributo de todas as equipas e de todos os funcionários que me acompanharam com um cumprimento muito especial, porque também não poderia deixar de ser, aos funcionários do Conselho Regional de Lisboa, às delegações do Conselho Regional de Lisboa, que foram uma força inexcedível na concretização de tantos projetos bem sucedidos.

Quero expressar um agradecimento muito especial porque tenho que o fazer aos membros do meu Conselho Geral e aos membros da lista R ao Conselho Regional de Lisboa, porque de facto a vossa dedicação, o vosso esforço e glória e espírito de equipa foram determinantes para alcançar esta vitória. Cada um de vós contribui e contribuiu com empenho e generosidade para um projeto coletivo que agora se torna realidade, porque de facto o que nós defendemos enquanto grupo foi um projeto coletivo para a nossa Ordem e é isso que nós vamos lutar para implementar.

Esta conquista é de todos nós e só foi possível graças à entrega de todos, à vossa confiança e ao vosso compromisso inabalável com a Advocacia. Unidos mostramos efetivamente que juntos podemos mais, juntos somos mais fortes. Só com o vosso apoio nós poderemos transformar a Ordem dos Advogados. Não pensem os atuais membros do Conselho Geral que isto é só passear as medalhas, nomeadamente até Faro. Há muito trabalho para fazer, podem rir-se agora, mas não sei se depois o farão. Este é um agradecimento devido porque todos contribuíram para a pessoa que sou hoje e de facto serei o Bastonário de todos os Advogados.

Muito obrigado.